

ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NA BNCC: REFLEXÕES SOBRE O EIXO DE ANÁLISE LINGUÍSTICA

Francisco Rafael Mota de Sousa ¹
Mônica de Souza Serafim ²

RESUMO

Este artigo propõe alguns apontamentos sobre como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) concebe e define habilidades para o ensino do eixo de análise linguística na escola em relação às outras práticas de linguagem. Diante do processo de implementação do documento na práxis pedagógica das escolas do país, acreditamos que ao conhecer e refletir sobre os fundamentos teóricos e os saberes a serem desenvolvidos na prática escolar estabelecidos pelas orientações curriculares, teremos a possibilidade de criar estratégias práticas de inseri-los e desenvolvê-los de forma eficaz no cotidiano da aula de português. Para isso, baseados no conceito de “análise linguística” defendidos por Geraldí (2011), Mendonça (2006) e Wachowicz (2012), um estudo exploratório de caráter bibliográfico-documental foi realizado no qual se analisou o texto oficial do documento, buscando identificar e tecer reflexões sobre os pontos definidos por esta pesquisa. Os resultados obtidos demonstram que a BNCC corrobora com a necessidade de um ensino de língua materna também preocupado com os componentes linguísticos, analisados nos processos de leitura e compreensão de textos. Assim, a noção do termo análise linguística é ampliada abrangendo qualquer prática de análise sobre a linguagem que vise compreender a constituição e o funcionamento das diferentes semioses. Esses resultados nos fazem concluir que a proposta para o ensino de análise linguística apresentada na BNCC, ao focar nas experiências de uso-reflexão, promove um ensino e um estudo mais produtivo sobre o funcionamento da língua, auxiliando os sujeitos a construir experiências de linguagem mais criativas, libertadoras e cidadãs.

Palavras-chave: Análise linguística, Base Nacional Comum Curricular, Ensino de língua materna.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo, as discussões acerca do ensino e aprendizagem de gramática na escola ganharam os espaços do pensar científico e de todos aqueles que se envolvem direta ou indiretamente com o fazer pedagógico. Em comum entre eles, uma mesma preocupação é levantada: como promover um ensino dos elementos gramaticais de forma a desenvolver competências necessárias para que o indivíduo possa, de forma eficaz, usar a linguagem nas mais diversas situações de interação social? Essa inquietação atravessou os anos e, ainda hoje, se mostra mais do que atual e pertinente a busca por respostas que consigam suprir essa lacuna no ensino de língua materna em nosso país.

¹ Mestrando em Linguística da Universidade Federal do Ceará – UFC, rafael.motta@hotmail.com;

² Professor orientador: Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará – UFC, mserafim15@gmail.com.

Dizemos “ainda hoje” porque, mesmo após quase quarenta anos de pesquisas, publicações científicas e encaminhamentos pedagógicos sob as mais diferentes perspectivas teórico-metodológicas, o ensino de língua portuguesa parece não ter incorporado grande parte dessas discussões. Apesar de avanços perceptíveis nas concepções pedagógicas — seja dos documentos oficiais que norteiam o ensino de língua materna no país, seja dos professores e demais membros da comunidade escolar — encontram-se ainda práticas pedagógicas de ensino de gramática com foco na transmissão de conteúdos, mecanização de procedimentos de análise e prescrição de formas corretas/incorretas de uso da linguagem.

Recentemente, contudo, mais uma tentativa foi lançada com o objetivo de redimensionar e fixar os pressupostos teóricos que fundamentam, atualmente, o ensino de língua materna no Brasil. A homologação em 2017 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com a promessa explícita de “garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros” (p. 5) é um marco na história curricular do país e vem exigir, igualmente, um rigoroso e profícuo alinhamento de processos e práticas de ensino e aprendizagem condizentes às demandas requeridas pelo mundo contemporâneo, evidenciadas pelo documento.

À luz desse registro oficial de caráter normativo, dois desdobramentos se interpõem. De um lado, temos um instrumento oficial que norteia quais competências e habilidades os estudantes precisam desenvolver para acompanhar e se inserir nas práticas sociais cotidianas de forma satisfatória. Por outro lado, diante das realidades encontradas atualmente no ensino básico brasileiro — principalmente no que concerne ao ensino de gramática nas aulas de língua materna —, muitos desafios se abarream, dificultando as possibilidades de desenvolvimento dessas competências e habilidades. Ultrapassar tais desafios reivindica a constante proposição de reflexões e ações que visem dar início a um ensino mais construtivo, cujas práticas sejam mais sólidas, libertadoras e significativas.

Nessa perspectiva, este artigo busca promover uma reflexão. Ancorados no conceito de “análise linguística”, desenvolvido inicialmente por Geraldi (2011) e, em seguida por Mendonça (2006) e Wachowicz (2012), buscamos trazer algumas considerações e apontamentos sobre o modo como a Base Nacional Comum Curricular concebe o ensino de análise linguística em relação às outras práticas de linguagem, definidas pelo documento (leitura, produção de texto e oralidade). Acreditamos que, conscientes dos fundamentos que embasam os recentes materiais que norteiam o ensino de língua materna no país, teremos a possibilidade de criar estratégias não só para compreendê-los enquanto constituidores da disciplina de língua portuguesa, mas — e principalmente — de criar mecanismos práticos de inserir suas bases teóricas nos diferentes cotidianos da aula de português.

METODOLOGIA

As reflexões a que propomos realizar neste trabalho requereu um tipo de procedimento metodológico bem específico, que fosse capaz de possibilitar maior familiaridade com o problema ou com vistas a torná-lo mais explícito. Nessa perspectiva, selecionamos para este estudo a pesquisa do tipo *exploratória*, uma vez que, ao se debruçar sobre as recomendações e os saberes a serem ensinados referentes ao eixo de análise linguística na Base Nacional Comum Curricular, temos como finalidade “proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52) e ampliando as possibilidades da realização de outras pesquisas sobre o fenômeno.

Efetivamente, tomamos como objeto desta pesquisa o texto oficial da Base Nacional Comum Curricular, documento governamental homologado em 2017, e o seu tratamento teórico e de conteúdo referente ao eixo de análise linguística. A análise que realizamos buscou compreender como o documento conceitua e caracteriza o termo “análise linguística” em relação aos outros eixos do ensino de língua portuguesa apresentados pelo documento, além de tecer algumas reflexões que buscassem inter-relacionar os pressupostos do documento com os fundamentos teóricos mais atuais sobre o ensino de análise linguística no Brasil.

Prodanov e Freitas (2013) defendem que qualquer trabalho científico precisa situar “quem já escreveu e o que foi publicado sobre o assunto” (p. 78). Nesse sentido, este trabalho pretende partir da *pesquisa bibliográfica* com o intuito de relacionar e discutir questões apontadas por outros estudiosos sobre o ensino de análise linguística. Outro conjunto de processos selecionados à realização deste estudo é o que se constitui a partir da pesquisa *documental*, isto é, “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 53). A partir do postulado das autoras sobre o universo compreendido pela pesquisa documental, em que se assenta a partir do uso de três variáveis (fonte escrita, fonte primária e contemporânea), considera-se o documento em questão profícuo para a realização de nossa análise.

DESENVOLVIMENTO

O ensino de língua materna no Brasil, durante muitos anos, esteve alicerçado numa concepção de língua que tomava como prioridade, em todos os seus aspectos, a forma linguística, isto é, as atividades de leitura, escrita e estudo da língua eram direcionadas para que os estudantes dominassem as regras gramaticais, consideradas o objeto central de estudo nas

aulas de português. Guiado pela seleção de uma variedade da língua — esta definida como modelo padrão e explicitada nas gramáticas normativas —, o ensino era conduzido, basicamente, pelo reconhecimento, classificação, memorização e uso das formas consideradas “corretas”, ao passo que outras formas de expressão eram desconsideradas por não respeitarem o modelo padrão estabelecido.

Na década de 80, porém, o desenvolvimento das reflexões sobre a linguagem permitiu uma renovação nas concepções até então existentes sobre o ensino de língua materna. A ideia de que a linguagem não se constitui a partir de regras gramaticais, mas sim de ações interativas que os sujeitos realizam usando a própria linguagem (FRANCHI, 2002), ocasionou a necessidade de substituição do estudo das regras gramaticais pelo estudo do *texto*, que passou a ser considerado o verdadeiro objeto de estudo no ensino de língua materna. Essa nova maneira de conceber os fenômenos linguísticos acarretou uma série de críticas à forma como o ensino de língua materna vinha sendo conduzido no Brasil, acompanhadas de algumas alternativas para a realização de uma prática pedagógica mais voltada para o desenvolvimento de competências comunicativas.

O termo “análise linguística” surgiu de trabalhos que propunham essas alternativas. Utilizado pela primeira vez por Geraldí em 1984, em um texto destinado à formação de professores, a expressão se refere a uma alternativa teórico-metodológica para o ensino de língua materna, ao lado das práticas de leitura e escrita dos mais diferentes textos. Daquela época para cá o termo foi sendo amplamente utilizado e incorporando às mudanças ocorridas nas ciências linguísticas, apesar de seus princípios permanecerem os mesmos e direcionarem atualmente os estudos sobre ensino de gramática, seja na academia, seja nos documentos oficiais que regulam o ensino de língua materna, seja na formação de professores etc.

A análise linguística que ora defendemos aqui refere-se a um modelo teórico-metodológico de ensino dos conhecimentos linguísticos a partir de uma perspectiva sociointeracionista, isto é, que leva em consideração os propósitos comunicativos dos interlocutores no momento da interação social. Em outras palavras, a análise linguística é uma atividade de reflexão sobre a língua, centrada não só na função dos usos dos recursos expressivos no momento da interação, mas também centrada na construção organizada de princípios e regras que categorizam tais recursos (BEZERRA; REINALDO, 2013).

A ideia de a análise linguística refletir não só sobre o funcionamento, mas sobre a estrutura da língua traz à tona o questionamento da necessidade de ainda se ensinar regras gramaticais na escola. Acrescentamos que, assim como pontua Geraldí (2011), a análise linguística não visa acabar com a gramática na escola; na verdade, é de nossa opinião que a

análise linguística vem ampliar o seu campo de atuação no processo de reflexão dos elementos linguísticos: a análise linguística abarca, então, tanto os elementos puramente gramaticais, como os elementos presentes no texto e constituintes deste, tanto no processo de leitura e produção dos textos, como em função das necessidades comunicativas dos indivíduos.

Em outras palavras, a análise linguística se diferencia do ensino puramente gramatical em três aspectos que consideramos essenciais:

- a) o ensino dos elementos gramaticais sistematizados, tais como nomenclatura e definições, ainda é importante e é levado em consideração, mas este passa a ser articulado com outros aspectos presentes na constituição do texto, tais como recursos expressivos, organização das informações, adequação do texto aos propósitos comunicativos, estilo e estrutura composicional, coesão e coerência interna e outros: “o objetivo não é o aluno dominar a terminologia (embora possa usá-la), mas compreender o fenômeno linguístico em estudo (GERALDI, 2011, p. 74);
- a) a prática de análise linguística não propõe uma análise da língua em si e por si, isto é, o objetivo de estudar os elementos linguísticos não visa apenas ao reconhecimento, classificação ou memorização de formas, mas sim deve estar relacionado diretamente aos objetivos comunicativos do indivíduo e como os textos lidos e/ou produzidos se configuram a partir desses objetivos;
- b) como o objeto de estudo no ensino de língua é o texto, o exercício da análise linguística deve estar sempre articulado às práticas de leitura e produção de textos, uma vez que, numa concepção sociointeracionista da linguagem, só se observa/analisa a linguagem em seu uso real e social, isto é, manifestada em práticas de leitura e produção de textos orais/escritos.

Isso posto, podemos depreender que a prática de análise linguística visa não só ao conhecimento e construção sistematizada, por parte do estudante, dos mecanismos responsáveis pelo funcionamento da língua no processo de leitura e produção dos mais diferentes textos, mas o auxilia a perceber que, para atingir determinados objetivos comunicativos, a língua dispõe de uma série de recursos expressivos dos quais se pode abrir mão no processo de interação social para a produção dos mais diferentes sentidos.

Ao defender a influência dos propósitos comunicativos sobre as escolhas linguísticas do falante, Franchi (1991) destaca o papel fundamental do contexto comunicativo como regulador da atividade discursiva. Nesse sentido, a atividade de análise linguística deve estar voltada não só para o componente essencialmente linguístico, mas, da mesma forma, para o componente

extralinguístico, responsável pela construção dos diferentes enunciados. Essa forma de conceber a atividade linguística deve, portanto, reverberar diretamente nos processos de ensino e aprendizagem de língua materna, principalmente no que se refere à análise linguística nas atividades de leitura e escrita dos mais diferentes textos.

Buscar um ensino de língua portuguesa que esteja articulado com as proposições acima assumidas traz como principal desdobramento a ideia de uma prática de análise linguística que se desenvolva de forma *produtiva*. Silva (2017), ao tratar desse aspecto, assevera que “a perspectiva do ensino produtivo de gramática, para além da seleção de conteúdos que deverão ser trabalhados para se cumprir o currículo mínimo, centra-se no *desenvolvimento das competências* do aprendiz” (p. 80, grifo meu). Essas competências, no interior do ensino de língua materna, correspondem ao domínio das formas e das funções dos elementos linguísticos (competência linguística/textual) em perfeita relação com o domínio da situação de interação verbal (competência discursiva).

Como mesmo pressupõe a prática de análise linguística à qual nos referimos acima, o foco do ensino de gramática não é a nomenclatura ou o trabalho prescritivo com as formas linguísticas, mas perceber como essas formas funcionam e se organizam para responder às demandas comunicativas do falante. Mais uma vez, Franchi (1991) trata da questão de modo bastante responsável ao afirmar que:

Interessa pouco descobrir a melhor definição de substantivo ou de sujeito ou do que quer que seja. [...] Mas interessa, e muito, levar os alunos a operar sobre a linguagem, rever e transformar seus textos, perceber nesse trabalho a riqueza das formas linguísticas disponíveis para suas mais diversas opções. Sobretudo quando, no texto escrito, ele necessita tornar muitas vezes conscientes os procedimentos expressivos de que se serve. Com isso, parece-me, reintroduz-se na gramática o seu aspecto criativo: o que permite ao falante compreender, em um primeiro passo, os processos diferenciados de construção das expressões para, depois, um dia e se for o caso, construir um sistema nocional que lhe permita descrever esses processos, falar deles, em uma teoria gramatical (FRANCHI, 1991, p. 20).

As palavras de Franchi confirmam que a questão do ensino de gramática, como pontuamos acima, é de ordem metodológica e exige um reordenamento de prioridades: o ensino das formas linguísticas, embora importante, não deve ser o destaque nas aulas e na prática de análise linguística. Ascende-se, por sua vez, um enfoque nos efeitos de sentido, nas formas diferenciadas de produzir o mesmo discurso ou na exploração da funcionalidade dos constituintes em função dos propósitos comunicativos. Seria esse, pois, um ensino produtivo, preocupado no desenvolvimento de competências.

A análise linguística que atualmente se propõe está embasada em todos esses aspectos e, evidentemente, exige um conhecimento aprofundado do professor sobre como proceder a um ensino de língua materna mais produtivo e que a prática de análise sobre os elementos da língua esteja a serviço das atividades de leitura e produção de textos. Um passo significativo nesse sentido foi dado com a homologação da Base Nacional Comum Curricular com o intuito de oficializar as aprendizagens essenciais conforme discutiremos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conhecimento produzido a partir da pesquisa científica só tem sentido se possibilitar o desenvolvimento da sociedade. Isto posto, os estudos sobre a gestão de processos pedagógicos devem assegurar mudanças significativas no espaço escolar de forma a transformar posturas e, conseqüentemente, aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem. Como a escola é um espaço também político, toda a prática educativa pressupõe definir, politicamente, quais saberes, metodologias, concepções e demais processos educativos deverão ser realizados com o intuito de atingir determinados fins.

Recentemente, após um período de grande mobilização e participação da sociedade envolvida com a prática educativa, o país viu nascer, pela primeira vez, um documento que elenca quais saberes os alunos da educação básica deverão, ao longo dos anos escolares, aprender. A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, doravante) foi um avanço na história curricular do Brasil e constitui-se numa importante diretriz que irá determinar grande parte das ações políticas para a educação no país, como a construção de currículos escolares, programação de formação de professores, elaboração e aplicação de avaliações externas, investimentos financeiros etc.

Objetivamente, a BNCC é um documento de caráter normativo e visa, essencialmente, “definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 7). De acordo com o texto oficial, ao assegurar essas aprendizagens essenciais, estar-se-á oportunizando, a todos os estudantes brasileiros, um mesmo “patamar comum de aprendizagem”, cujos resultados implicam direta e principalmente na qualidade da educação.

Ancorada nos conceitos de “competência” (saber) e “habilidades” (saber fazer), a BNCC traz, no que se refere ao ensino de língua materna, o objetivo de promover o

desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que contribuam para o letramento dos indivíduos, como preconiza o próprio documento:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2018, pp. 67-68).

Ao propor um conjunto de conhecimentos que possibilitem a ampliação dos letramentos dos indivíduos, a BNCC deixa transparecer a necessidade de um ensino de língua materna que articule *todas* as formas de manifestação da linguagem. Essa postura vem exigir um estudante que não só (re)conheça os recursos linguísticos que se encontram a seu dispor para a sua plena participação nas diferentes interações comunicativas, como vem requerer também um sujeito que reflita sobre o funcionamento desses recursos com vistas a atender seus propósitos comunicativos.

Diante dessa oportunidade, ao mesmo tempo em que propõe um foco nas práticas leitura e produção dos mais variados textos — consideradas pelo documento como a “unidade de trabalho” no ensino de língua —, a BNCC propõe que, articuladas a essas práticas, realize-se processos de análise linguística. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018):

Se uma face do aprendizado da Língua Portuguesa decorre da efetiva atuação do estudante em práticas de linguagem que envolvem a leitura/escuta e a produção de textos orais, escritos e multissemióticos, situadas em campos de atuação específicos, a outra face provém da reflexão/análise sobre/da própria experiência de realização dessas práticas. Temos aí, portanto, o eixo da análise linguística/semiótica, que envolve o conhecimento sobre a língua, sobre a norma-padrão e sobre as outras semioses, que se desenvolve transversalmente aos dois eixos – leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica – e que envolve análise textual, gramatical, lexical, fonológica e das materialidades das outras semioses (BRASIL, 2018, p. 80).

Recebe destaque, assim, o eixo da *análise linguística/semiótica* que busca, como o próprio documento aponta, realizar procedimentos e estratégias de análise e avaliação das materialidades do texto, isto é, tem como objetivo refletir sobre o processo de composição e estilo dos textos com foco na produção de sentidos. A apropriação do conceito de análise linguística proposto pela BNCC possibilita uma evidente aproximação com os pressupostos e princípios que mais atualmente se discute sobre o ensino dos conhecimentos linguísticos no âmbito escolar.

Enquanto eixo que se articula transversalmente com os outros três eixos de ensino da língua (leitura, escrita e oralidade — chamadas pelo documento de “práticas de linguagem”), a

análise linguística preconizada pela BNCC se torna uma prática bastante ampla, uma vez que toma para si a análise do processo de construção de todas as manifestações de uso da linguagem, sejam elas verbais (escritas, orais) ou não-verbais (estáticas/dinâmicas). Nesse sentido, convém apontar algumas características específicas que irão, ao mesmo tempo, constituir a prática de análise linguística e distingui-la de outras práticas de trabalho com a linguagem. A análise linguística proposta na BNCC, então:

- a) refere-se a procedimentos de análise consciente, isto é, o indivíduo reflete propositalmente sobre os mecanismos linguísticos que possibilitam a construção dos sentidos dos textos;
- b) ocorre durante as atividades de leitura e produção de textos, uma vez que os elementos linguísticos só funcionam quando estão em uso real através de textos;
- c) enfoca as materialidades (elementos) do texto, tais como são apresentadas na Figura 1, a seguir;
- d) envolve o conhecimento sobre o funcionamento da língua, a partir da construção/manipulação, por parte do indivíduo, de conceitos e nomenclaturas;
- e) engloba o conhecimento da norma-padrão e de como outras semioses se constroem/funcionam;
- f) envolve a análise de textos nos níveis textual, gramatical, fonológico, lexical e das materialidades de outras semioses;
- g) analisa as formas de composição e estilo dos textos.

Como se pode observar, a análise linguística a ser realizada na escola, a partir do que postula a BNCC, ultrapassa a simples classificação de frases soltas ou a memorização de nomenclaturas e definições, prática essa que privilegia a formação de um simples reprodutor da língua. Na verdade, como bem opina Mendonça (2006), a análise linguística que se propõe não busca “formar gramáticos ou linguistas descritivistas, e sim pessoas capazes de agir verbalmente de modo autônomo, seguro e eficaz, tendo em vista os propósitos das múltiplas situações de interação em que estamos engajadas” (p. 204). Em outras palavras, o objetivo maior do ensino de língua portuguesa — e defendido pela BNCC — é a formação de usuários competentes da sua língua.

Ser usuário, evidentemente, implica saber conhecer como a sua língua funciona e para quais objetivos ela pode funcionar. É nesse espaço que se faz necessária a prática de análise linguística, com o objetivo de analisar como o texto se materializa com o intuito de provocar possíveis e variados sentidos. Como indicação da própria BNCC podem ser tomados como

objeto de análise e investigação alguns aspectos materiais dos mais diferentes textos, sejam eles verbais ou não-verbais, conforme apresentamos na Tabela 1.

Tabela 1 — Aspectos das materialidades dos textos passíveis de análise conforme a BNCC

	TEXTOS VERBAIS (ESCRITOS/ORAIIS)	TEXTOS NÃO-VERBAIS (ESTÁTICOS/DINÂMICOS)
FORMAS DE COMPOSIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Coesão e coerência • Progressão temática • Organização típica do gênero • Elementos próprios da fala • Elementos paralinguísticos e cinésicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano/ângulo/lado • Figura/fundo • Profundidade e foco • Cor e intensidade • Características de montagem etc.
ESTILO DO TEXTO	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha do léxico • Variedade linguística • Mecanismos sintáticos e morfológicos • A forma e o estilo do gênero 	<ul style="list-style-type: none"> • Ritmo e duração • Tipo de movimento • Distribuição no espaço • Sincronização com outras linguagens • Melodia e harmonia etc.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A BNCC circunda a prática de análise linguística referindo-se a dois aspectos materiais dos textos: a composição e o estilo, os quais são evidenciados nos diversos gêneros textuais. Assim, conforme aponta Wachowicz (2012), o elemento-chave para o trabalho com a análise linguística passa a ser o *gênero*, tendo em vista que “os falantes/ouvintes de uma língua utilizam-se consciente ou inconscientemente dos gêneros que a sociedade cria para produzir significados, essencialmente na postulação dialógica” (p. 34). Esses gêneros, por se manifestarem das mais variadas formas (verbais ou não-verbais), exige procedimentos e estratégias específicas de análise linguística para compreender não só a constituição, mas o funcionamento desses textos aliados às intenções comunicativas do indivíduo. Nesse sentido, a análise linguística que se propõe para o ensino de língua materna ultrapassa — e muito — o ensino essencialmente gramatical e se alinha com mais propriedade às demandas comunicativas do mundo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mais recentes sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil defendem uma transformação não só no conjunto de conhecimentos que os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, mas — e principalmente — uma reformulação da prática metodológica, que priorize o desenvolvimento de competências e habilidades de uso efetivo da

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

linguagem. Essa nova abordagem pressupõe, no caso específico do ensino de gramática, um ensino menos focado na memorização e prescrição de regras, considerado opressor e excludente, e mais voltado para a articulação desses conhecimentos com práticas reais de interação social realizada a partir dos mais diferentes textos.

Nesse sentido, a expressão “ensino de gramática”, representando essa perspectiva mais tradicional de estudo da linguagem, ganha um novo nome: “análise linguística”. Sem desprezar o conhecimento metalinguístico — necessário também à ampliação dos letramentos dos indivíduos —, a prática de análise linguística surge como uma alternativa na aula de português para tratar dos conhecimentos gramaticais. Essa alternativa, concebendo a ideia de texto como centro do processo, configura uma série de atividades de análise e reflexão sobre a língua, ancoradas nas práticas de leitura e produção dos mais diferentes tipos e gêneros textuais. O conhecimento metalinguístico, nesse caso, se torna um saber complementar, à medida que o estudante, após refletir sobre os fenômenos nas práticas de leitura e produção, sistematiza seus conhecimentos no processo de reflexão sobre a língua.

Acompanhando essa nova concepção de ensino dos conhecimentos gramaticais, temos a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que oficializa essas noções e estabelece uma série de competências a serem desenvolvidas nos estudantes ao longo da educação básica. No campo da análise linguística, entendida pelo documento como uma prática de linguagem — ao lado da leitura, produção de textos e oralidade —, a BNCC amplia a noção do termo para abranger qualquer prática de análise sobre a linguagem que vise compreender a constituição e o funcionamento das diferentes semioses. Nesse sentido, a BNCC afirma que qualquer texto, seja ele verbal ou não verbal pode ser tomado para análise de seus aspectos materiais, isto é, que revelem suas formas de composição e estilo.

O ensino de análise linguística a partir da leitura/escrita de textos é possível e pode ser frutífero quando articulado com um sólido embasamento teórico-metodológico. A gramática, enquanto sistema que rege o funcionamento da língua, deve continuar a ser objeto de estudo na sala de aula, mas sem ser com um fim em si mesma; seu estudo se faz mais produtivo quando inserido nas atividades de leitura e escrita de textos, sendo estas o foco da aula de língua portuguesa. Estabelecidos os pressupostos e definidas as competências a serem desenvolvidas, o desafio que se impõe à educação brasileira em língua materna atualmente é produzir diferentes estratégias para tratar pedagogicamente o fenômeno linguístico de forma mais reflexiva e contextualizada, que auxilie os sujeitos a construírem experiências de linguagem mais criativas, libertadoras e cidadãs.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. **Análise linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. **Base nacional comum curricular.** Versão homologada. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática.** 1. ed. 3ª reimp. São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1991.

_____. Linguagem – atividade constitutiva. **Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. especial, pp. 37-74, 2002. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/280/185>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GERALDI, J. W. Unidades básicas do ensino de português. In: _____. (Org.) **O texto na sala de aula.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2011, pp. 59-79.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um novo objeto. In: BUNZEN, C; MENDONÇA, M. **Português no ensino médio e formação do professor.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2006, pp. 199-225.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. T. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

SILVA, L. A. da. Por um ensino produtivo da gramática. In: CASSEB-GALVÃO, V; NEVES, M. H. M. (Org.) **O todo da língua: teoria e prática do ensino de português.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017, pp. 77-95.

WACHOWICZ, T. C. **Análise linguística nos gêneros textuais.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.